

**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração da Ação Rescisória nº 0013408-64.2010.8.17.0000 (0220566-3)**

Embargante: Ana Maria Pereira Ramos da Silva

Embargado: Eduardo Alberto Pacheco Valente Leal, representado por Maria Fátima  
Bandeira Beltrão

Relator: DES. BARTOLOMEU BUENO

**ACÓRDÃO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA.  
REDISSCUSSÃO DE MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.  
PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. RECURSO REJEITADO.**

I – Os embargos declaratórios não se prestam à rediscussão da matéria decidida, devendo esta ser impugnada mediante espécie recursal própria.

II – A embargante não logrou apontar nenhuma obscuridade, contradição ou omissão a ser sanada no acórdão recorrido.

III – É entendimento desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça que não há necessidade de pronunciamento expresse sobre cada um dos dispositivos legais apontados pelas partes a fim de que se viabilize o acesso às instâncias extraordinárias.

VII – Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração na Ação Rescisória nº 0220566-3, em que figuram, como embargante Ana Maria Pereira Ramos da Silva e, como embargado, Eduardo Alberto Pacheco Valente Leal, representado por Maria Fátima Bandeira Beltrão, acordam os desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade, em **REJEITAR o recurso**, nos termos do voto do Relator.

Recife, 29-1-2014

  
Desembargador Bartolomeu Bueno  
Relator



**3ª CÂMARA CÍVEL**

Embargos de Declaração da Ação Rescisória nº 0013408-64.2010.8.17.0000 (0220566-3)

Embargante: Ana Maria Pereira Ramos da Silva

Embargado: Eduardo Alberto Pacheco Valente Leal, representado por Maria Fátima  
Bandeira Beltrão

Relator: DES. BARTOLOMEU BUENO

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 196/201) opostos Ana Maria Pereira Ramos da Silva, contra o acórdão proferido por esta 3ª Câmara Cível, o qual, à unicidade de votos, acolheu a preliminar de ilegitimidade ativa, julgando extinta a ação rescisória sem resolução de mérito, com fundamento no art. 267, IV do CPC. A autora foi condenada por custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor de causa, nos termos do art. 20, §4º do CPC, ficando tal pagamento suspenso pelo prazo de 5 anos, nos termos do art. 12 da Lei nº 1060/50.

Nas razões dos aclaratórios, sustenta a recorrente, em síntese, que existe contradição e obscuridade no acórdão, à medida que as provas acostadas aos autos não foram analisadas devidamente. Ademais afirma que o acórdão também fora omissos quanto a recomendação exarada na cota ministerial à fl. 159. Todavia, nos parágrafos imediatamente seguintes da petição recursal, transcreve trecho do despacho do relator no qual se manifesta justamente sobre a aludida cota.

Em sucessivo, requer o acolhimento dos embargos para sanar as omissões e contradições apontadas, bem como para prequestionar os seguintes dispositivos constitucionais: art. 5º, LIV; art. 5º, LXIII e ao art. 5º, LXVI.

**É o relatório.**

Independendo o feito de pauta, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

Recife, 29-1-2014

[assinatura]

Des. Bartolomeu Bueno  
Relator

**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração da Ação Rescisória nº 0013408-64.2010.8.17.0000 (0220566-3)**

**Embargante:** Ana Maria Pereira Ramos da Silva

**Embargado:** Eduardo Pacheco Valente Leal, representado por Maria Fátima Bandeira Beltrão

**Relator:** DES. BARTOLOMEU BUENO

**VOTO**

Nos precisos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração são cabíveis para sanar obscuridade, contradição ou omissão no pronunciamento judicial objeto do recurso, ostentando caráter integrativo ou aclaratório, cabendo à parte recorrente apontar na petição o ponto obscuro, omissivo ou contraditório (art. 536, CPC) que merece ser sanado.

Não obstante, a embargante não se desincumbiu desse ônus, uma vez que não logrou apontar nenhuma obscuridade, contradição ou omissão a ser sanada, limitando-se a questionar de forma geral a análise das provas constantes no acervo probatório, sem sequer apontar qual a relação das provas com a questão da legitimidade da autora pra ingressar com a ação rescisória, principal tema do julgamento da referida ação, já que esta ação foi extinta sem resolução de mérito em face do reconhecimento da ilegitimidade ativa.

Dessa forma, a embargante não apontou nenhuma falha - omissão, obscuridade e contradição - no próprio julgado. Em verdade, o que se observa é que a recorrente se utiliza do presente instrumento para mostrar a contradição entre os seus interesses e o resultado do julgado.

Ocorre que os embargos declaratórios não se prestam à rediscussão da matéria decidida, devendo esta ser impugnada mediante espécie recursal própria.

Não é outro o posicionamento deste Tribunal, ilustrado pelos acórdãos a seguir colacionados:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PREQUESTIONAMENTO - OMISSÃO. INEXISÊNCIA - REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no decisório combatido, não há como se acolher o recurso de embargos de declaração. Encontrando-se a decisão devida, coerente e suficientemente fundamentada, impossível a rediscussão da matéria mediante um recurso que não se destina a tal finalidade. (TJPE. EDcl nº 0015895-36.2012.8.17.0000, 3ª Câmara Cível, Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão, julgado em: 13/09/2012). Sem grifos no original.

*3p.*

**Embargos de Declaração.** Apelação em Mandado de Segurança. Licitação. Alegação de omissão. Prequestionamento. Dispositivos insertos na decisão embargada. **Rediscussão da matéria. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Os embargos declaratórios não são meio hábil para reexame da matéria, restringindo-se apenas nas hipóteses elencadas no art. 535 do CPC.** Embargos de Declaração não providos. Decisão Unânime. (...) 9. Para fins de prequestionamento, o acolhimento dos embargos de declaração pressupõe a existência de alguns dos vícios descritos no art. 535 do CPC, o que não é o caso dos autos; 10. **A decisão e enfrentou as questões suscitadas com os fundamentos pertinentes, apenas não atendeu a tese defendida pelo embargante;** 11. **Embargos de Declaração improvidos;** 12. Decisão Unânime. (TJPE. EDcl nº 0005425-87.2005.8.17.0000, 1ª Câmara de Direito Público, Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões, julgado em: 11/12/2012). Sem grifos no original.

Percebe-se, pois, que a embargante se encontra inconformada com o acórdão recorrido e visam reformá-lo em sede de embargos de declaração, o que não é possível, diante da inadequação da via recursal eleita.

Ademais, o entendimento consolidado no âmbito do STF aponta no sentido de que não há ofensa ao dever de fundamentação das decisões judiciais, estampado nos arts. 5º, XXXV, LIV, LV e 93, IX, quando o órgão judicante explicita as razões suficientes à formação de seu convencimento, senão vejamos:

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Matéria criminal. Cerceamento de defesa. Matéria infraconstitucional. Ofensa reflexa à Constituição. Ausência de repercussão geral reconhecida. Precedente. Negativa de prestação jurisdicional. Não ocorrência. Desnecessidade de o órgão judicante se manifestar sobre todos os argumentos de defesa apresentados. **Fundamentação calcada em razões suficientes para a formação do convencimento.** Reafirmação da jurisprudência em sede de repercussão geral reconhecida. Precedente.

(...)

2. A jurisdição foi prestada, na espécie, mediante decisões suficientemente motivadas, não obstante contrária à pretensão do recorrente, tendo o Superior Tribunal de Justiça, como se observa nos julgados proferidos, explicitado suas razões de decidir.

**3. O art. 93, inciso IX, da Constituição não determina que o órgão judicante se manifeste sobre todos os argumentos de defesa apresentados, mas, sim, que ele explicita as razões que entendeu suficientes à formação de seu convencimento.**

(...).

(STF - ARE 760465 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 04/02/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-039 DIVULG 24-02-2014 PUBLIC 25-02-2014)

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º).

2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência.



3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão.

4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral.

(STF - AI 791292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTAB v. 18, n. 203, 2011, p. 113-118 )

Não é outro o posicionamento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. DISPOSITIVOS LEGAIS NÃO PREQUESTIONADOS. SÚMULA 211/STJ. EXAME DE VIOLAÇÃO DE NORMAS DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280/STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação do art. 535, Inc. II, do CPC quando o aresto recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados pelos litigantes.

(...)

(AgRg no AREsp 430.219/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 11/02/2014)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. AFERIÇÃO DA EFICÁCIA DO TRATAMENTO REQUERIDO NA INICIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação do art. 535, Inc. II, do CPC quando o aresto recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados pelos litigantes.

(...)

(AgRg no REsp 1391509/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 04/12/2013)

Por fim, pretende a recorrente que os embargos de declaração tenham efeitos de prequestionamento. Todavia, é entendimento desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça que não há necessidade de menção expressa dos dispositivos legais apontados pelas partes a fim de que se viabilize o acesso às instâncias extraordinárias.

Observem-se os precedentes abaixo colacionados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTUITO DE MODIFICAÇÃO DO JULGADO. VIA INADEQUADA. OBJETO CENTRAL DO LITÍGIO TRATADO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. EMBARGOS A QUE SE NEGA PROVIMENTO - DECISÃO UNÂNIME. 1 - A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedentes do STJ. 2 - A Embargante tenta em sede de

embargos de declaração revisitar o julgado, objetivando sua reforma e desvirtuando assim a natureza do recurso do art. 535 do CPC. As questões relevantes do litígio restaram abordadas na decisão não havendo omissão no julgado. Inconformada com o julgado deve a Embargante manejar o recurso de reforma cabível. 3 - Embargos de declaração a que se nega provimento. (TJPE – EDcl nº 240880-4/02, 3ª Câmara Cível, Relator: Des. Eduardo Sertório, julgado em: 10/01/2013). Sem grifos no original.

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. SUCESSÃO EMPRESARIAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DA SUCESSORA. TESE DEBATIDA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. DIVERGÊNCIA NOTÓRIA. MATÉRIA PACIFICADA NO STJ. 1. Não há falar em falta de prequestionamento se a matéria submetida ao STJ, ainda que sem indicação expressa do dispositivo legal a que se refere, foi objeto de enfrentamento pelo Tribunal de origem. (...) 4. Agravo regimental provido para se conhecer do recurso especial e dar-lhe provimento. (STJ – AgRg nos EDcl no REsp 1257530/RJ, 3ª Turma, Relatora: Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em: 12/11/2013). Sem grifos no original.

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. ANO-BASE 1989. CORREÇÃO MONETÁRIA. OTN/BTNF. ÍNDICE OFICIAL. 1. Os embargos declaratórios somente são cabíveis para modificar o julgado que se apresentar omissos, contraditórios ou obscuros, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não ocorreu no presente caso. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, o prequestionamento não exige a expressa menção dos dispositivos violados; basta que a matéria por eles versada tenha sido discutida pelo Tribunal de origem. (...) Embargos de declaração rejeitados. (STJ – EDcl no REsp 1131762/DF, 2ª Turma, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, julgado em: 04/09/2012). Sem grifos no original.

Diante de todo o exposto, **REJEITO** os presentes Embargos de Declaração.

É como voto.

Recife, 28-1-2014

  
Des. Bartolomeu Bueno  
Relator